

## Fernando de Azevedo: desafios e perspectivas para a Escola Nova de 1932

### Fernando de Azevedo: challenges and perspectives for the ‘Nova Escola’ of 1932

Edna Aparecida Pitelli Sabatine<sup>1\*</sup>, Elaine Regina Olivares Volpato<sup>2</sup>

---

#### RESUMO

O artigo analisa a crítica empreendida por Fernando de Azevedo (1894-1974) acerca da Escola Tradicional. A discussão suscitada pelo autor propunha a reconstrução da educação pública brasileira sob o clima de renovação política e social trazido pela Revolução de 1930, incorporado pelo movimento escolanovista na década de 1920. Para a realização deste estudo, foram utilizados como fonte livros escritos pelo autor e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. O texto encontra-se organizado em três momentos. Primeiramente, trata sobre os aspectos históricos e sociais da época. Na sequência, analisa a trajetória de vida de Fernando de Azevedo, sua teoria e sua concepção de educação. Por último, a análise se concentra no Manifesto de 1932. O estudo permitiu compreender que Azevedo possuía um projeto para a educação brasileira, a qual buscava reformar concomitantemente às transformações sociais e dirigindo-as ao mesmo sentido. Nesse processo, a educação desempenhava um importante papel e, por essa razão, não poderia ser isolada do conjunto das transformações necessárias ao país.

**Palavras-chave:** Educação; História da Educação; Fernando de Azevedo; Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

---

#### ABSTRACT

This essay analyzes the criticism suffered by Fernando de Azevedo (1894-1974) on the Traditional School. The discussion proposed by the author helped the reconstruction of Brazilian public education under the climate of political and social renewal brought about by the 1930 Revolution, incorporated by the ‘Nova Escola’ movement in the 1920s. For the accomplishment of this study, books written by the author and the Manifesto of the ‘Pioneiros da Educação Nova’ of 1932 were used as sources. The text is organized in three moments. First, it deals with the historical and social aspects of the time. Next, it analyzes the life trajectory of Fernando de Azevedo, his theory and his conception of education. Finally, the analysis focuses on the 1932 Manifesto. The study allowed us to understand that Azevedo had a project for Brazilian education, which he sought to reform concomitantly with social transformations and also directing them in the same direction. In this process, education played an important role and, by doing so, it could not be isolated from the set of transformations necessary for the country.

**Keywords:** Education; History of Education; Fernando de Azevedo; the Pioneers of ‘Nova Educação’ Manifesto (1932).

---

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Maringá – UEM

\*E-mail: edna.sabatine@hotmail.com

<sup>2</sup>Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAM

## INTRODUÇÃO

O artigo busca verificar de que forma o contexto histórico de 1930 influenciou a crítica de Fernando de Azevedo à educação tradicional. Sua crítica começou a ganhar forma, sobretudo, com o advento do movimento escolanovista na década de 1920, quando Azevedo mostrou-se insatisfeito com a forma como a educação vinha sendo ofertada no Brasil, em um momento marcado por uma crise política, social, econômica e cultural que, por consequência, desencadeou, naquele período, intensas lutas e discussões educacionais.

O texto está organizado em três momentos. Primeiramente, trata sobre os aspectos históricos e sociais da época. Na sequência, analisa a trajetória de vida de Fernando de Azevedo, sua contribuição teórica e sua concepção de educação. Por último, a análise se concentra no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. O estudo tem como objeto a crítica de Azevedo acerca da Escola Tradicional, formulada diante da renovação política e social desencadeada pela Revolução de 1930, incorporada pelo movimento escolanovista nas décadas de 1920. O trabalho situa o papel desse intelectual em defesa de um ensino laico, gratuito e obrigatório a todas as classes sociais no início do século XX que, até então, era voltado exclusivamente aos filhos da elite dirigente do país.

A fonte utilizada para esse estudo contemplou livros escritos pelo intelectual, a saber: “História de minha vida”, publicado em 1971; “A Educação e seus Problemas”, de 1948; “Novos Caminhos e Novos Fins”, de 1958; e o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932. Por meio desses documentos, busca-se mostrar outra concepção do ensino brasileiro, alinhadas às proposições de Fernando de Azevedo, as quais estavam em consonância com as questões que estavam sendo discutidas, bem como com os anseios que almejavam resolver naquele momento. Suas posições teóricas vinham ao encontro das ideias dos 26 signatários do Manifesto, dentre os quais ele foi o redator, que encontravam-se inconformados com o rumo elitista que a educação brasileira se encontrava, a serviço das elites rurais e pré-industriais.

O estudo se justifica pela riqueza de pistas revelada pelas fontes e, sobretudo, por compreenderem o princípio da escola dual, em que uma era voltada à elite dirigente e outra às camadas menos favorecidas (SAVIANI, 1999).

Historicamente, a escola é concebida como espaço da formação humana de cidadão, desde que esse se adequasse ao padrão estabelecido da sociedade a qual se insere.

Por isso, é necessário compreender a educação, suas propostas e suas ações concretas no tempo presente vivido. Como explicou Hobsbawm (1998), a história passada nos “[...] fornece orientação, e todo aquele que encara o futuro sem ela não é só cego mas perigoso” (HOBBSAWM, 1998, p. 64).

Este estudo concebe a educação pela proposição de uma visão sob o signo do novo, tendo em vista que os desafios lançados às sociedades modernas favoreceram o aprofundamento das políticas educacionais no Brasil, numa fase crítica de reconstrução e de mudanças radicais. Conforme afirmado por Fernando de Azevedo (1948; 1958), para alcançar esses objetivos, o país, antes de tudo, necessitava de governos e de câmaras legislativas que se preocupassem com uma política de longo prazo, e cada vez menos com interesses partidários e locais. Para o intelectual, após aparelhar o Estado, seria o momento de criar e preparar escolas, expandir e equipar bibliotecas e formar o professorado (AZEVEDO 1948; 1958).

## **ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DO BRASIL EM MEADOS DO SÉCULO XX**

Para ser possível compreender a importância do movimento em prol da educação pública, gratuita, obrigatória e laica, faz-se necessário caracterizar, mesmo que de forma sucinta, o contexto histórico e social do Brasil, levando-se em conta as mudanças que se processavam nas décadas de 1920 e 1930 no país. São exemplos a Reforma de Sampaio Dória, em 1920, a Semana de Arte Moderna, em 1922, a criação da Associação Brasileira de Educação, em 1924, e a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930. De fato, tais mudanças refletiam o processo de modernização que se instalava no país, e justificam os esforços demandados no intuito de modernizá-lo via renovação educacional (SANDER, 2007).

Com o forte potencial econômico que estava sendo constituído pelas relações capitalistas em nível mundial, verificou-se uma série de crises internas e externas à sociedade brasileira. Conforme observado por Gomes (2016), os fatores internos começaram a oscilar por conta das políticas conservadoras e arcaicas, econômicas e sociais, bem como a falta de interesse dos grandes latifundiários em modernizar a economia brasileira e o país. Outro vetor importante para acelerar a crise foi o êxodo rural desencadeado pelo processo de urbanização. Já os fatores externos são representados pela

crise do capitalismo provocada pelo colapso das especulações financeiras, que inclusive provocaram o “*crash*” da Bolsa de Nova Iorque, em 1929. Gomes afirma que o cenário era de

[...] instabilidade econômica e de grandes incertezas, o mundo entre guerras (1919-1938) vivenciava a crise dos valores liberais. Os impactos proporcionados pela Primeira Grande Guerra (1914-1918) e da Revolução Russa (1917) provocaram numerosas críticas à democracia representativa e liberal. Era o momento de ascensão dos movimentos identificados com o fascismo”. Por outro lado, a crescente participação e mobilização dos trabalhadores em movimentos de massa, e o crescimento da insatisfação com a “democracia burguesa” atemorizava a burguesia de diferentes nacionalidades, que receava o perigo “vermelho” (GOMES, 2016, p. 110).

Com essas informações, compreende-se que o Brasil não ficou inatingível, devido à crise, sendo que a economia cada vez mais internacionalizada e a dependência do modelo agrário exportador potencializavam ainda mais as fragilidades das instituições do país. Nesse contexto, entra em cena o “Ideário escolanovista”, influenciado pelos Pioneiros da Educação Nova. Contudo, a Igreja Católica se mostrou resistente a tais pensamentos, pois almejava restabelecer o ensino religioso nas escolas (GOMES, 2016).

Para Lima (2017), um dos fatores internos que contribuíram para intensificar as crises seria a disputa da “Política de Café com Leite”, que se configurava pela alternância presidencial entre os políticos de São Paulo e de Minas Gerais, principais produtores de café e leite no país, respectivamente, resultante do domínio do poder econômico e político dos proprietários de terras, obtido, sobretudo, a partir da exportação de café. A autora explica que o café era “[...] o principal produto a ser exportado pelo país, além de outros insumos, a economia, nesse momento, era essencialmente agrário-exportadora” (LIMA, 2017, p. 247).

Ignácio (2010) corrobora com a ideia ao destacar que, com Getúlio Vargas no poder, inaugurou-se uma nova fase para as relações entre o Estado e a sociedade civil. O autor explica que, por um lado, houve uma ruptura interna do Estado Oligárquico – que não conseguiu acomodar as tensões e conciliar os interesses conflitantes de suas frações – e, por outro, favoreceu a criação de algumas condições básicas para a implantação definitiva do capitalismo industrial no Brasil. Ao mesmo momento,

[...] crescia a demanda social por educação, as elites, movidas por temores vinculados à luta de classes, – trazida também pela industrialização crescente - tentam conter a pressão popular pela

democratização do ensino, resultando em uma política de expansão “controlada” da educação nacional, que não daria conta, nem quantitativamente, nem qualitativamente, das necessidades da população (IGNÁCIO, 2010, p. 137).

É nesse momento que se deu a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, por um grupo de intelectuais que, preocupados com a situação educacional do Brasil, assumiram uma posição crítica à educação tradicional, tematizada no Manifesto como uma educação instalada para uma concepção burguesa, que vinha mantendo o indivíduo na sua autonomia “[...] isolada e estéril, resultante da doutrina do individualismo libertário, que teve aliás o seu papel na formação das democracias e sem cujo assalto não se teriam quebrado os quadros rígidos da vida social” (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 2006, p. 191).

A ABE foi um fórum de livres debates, altamente qualificados. Fazia parte do Conselho Diretor o professor do Instituto Pedagógico, Almeida Junior, assim como Carneiro Leão, Anísio Teixeira e Afrânio Peixoto. A partir de 1926, a ABE fez acontecer uma série de Conferências Nacionais de Educação, produzindo vários documentos, com destaque para o considerado o mais importante, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. O documento consistiu na materialização dos ideais daqueles intelectuais, os quais forjaram na década de 1920, e vislumbraram na Revolução de 1930, a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país (SAVIANI, 2008).

Nesse contexto, a educação brasileira começou a ganhar destaque, como alvo de inúmeras iniciativas e projetos no Brasil no século XX. Conforme afirma Lemmer (2005), criou-se o Ministério da Educação e Saúde, pelo Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, tendo como ministro da pasta Francisco Campos, pois, nesse momento começa-se a pensar na dimensão de finalidades educacionais, ou seja, para quem se destinava a Escola Nova. Então, a partir desse questionamento, as disputas pelo controle do aparelho estatal e pela definição dos rumos da educação começaram a se estreitar e, conseqüentemente, o governo revolucionário seria pressionado a tomar um posicionamento mais firme em relação aos problemas globais relacionados à educação e ao ensino, visto que, com o mundo em constante mudança, era necessário preparar um indivíduo capaz de acompanhá-lo (LEMME, 2005).

Machado (2002, p. 108) escreveu que, em meados do século XIX, já havia uma preocupação concreta sobre o “[...] que e como ensinar. As disputas giravam em torno do conteúdo e do método de ensino. Essa nova escola para todos seria gratuita, laica e

obrigatória”. Sob tal perspectiva, a autora ressalta que a educação pública e universal começou a ser pensada no Brasil ainda no século XIX. Portanto, a gratuidade não causou grandes conflitos, mas a laicidade e a obrigatoriedade geraram muitas polêmicas, uma vez que, para os opositores, tais aspectos feriam os seus interesses (MACHADO, 2002, p. 171).

De fato, José Veríssimo (1857-1916), em seu livro “A Educação Nacional” (1985), cuja primeira versão foi editada em Belém, em 1890, defendeu a formação da consciência nacional por meio da educação cívico-patriótica da população, que culminaria no sentimento de pertencimento da nação e, com ele, o amor à pátria, denunciando que o sistema educacional brasileiro era “anárquico e defeituoso” (VERÍSSIMO, 1985, p. 106). Sob essa perspectiva, tal educação torna-se uma das bandeiras da Primeira República, e a escola uma das vias para transmissão das novas ideias que configurariam a nova nação republicana.

Então, reformar o país e civilizar a população brasileira seria necessário. Veríssimo (1985) explicou que a educação pública seria a única via propícia para isso. Em outro ponto, assinalou o autor que era indispensável,

[...] em um país livre, principalmente, em especial numa república, conhecer as suas instituições, em si na suas origens, saber-lhe as leis com as obrigações que impõem e os deveres que garantem, estudar as leis gerais de moral, de economia e de política que presidem às sociedades e estabelecem e dirigem as relações entre os seus membros; aprender a solenidade nacional na solidariedade escolar, e a noção do dever cívico, dever humanitário e do dever em geral, no dever e na disciplina da escola (VERÍSSIMO, 1985, p. 56).

Assim, delineiam-se as características da educação cívica. Para o autor, esta deveria ser a generalização de toda a educação ofertada na escola para fazê-la servir ao seu fim verdadeiro (VERÍSSIMO, 1985).

## **FERNANDO DE AZEVEDO: TRAJETÓRIA DE VIDA, TEORIA E CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO**

Fernando de Azevedo<sup>3</sup> nasceu no dia 2 de abril do ano de 1894, na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, estado de Minas Gerais; e faleceu no dia 18 de setembro de 1974,

---

<sup>3</sup> Para conhecer a biografia completa de Fernando de Azevedo, consultar a obra “História de minha vida”, publicada em 1971.

na capital paulista. Seus pais foram Francisco Eugênio de Azevedo e Sara Lemos Almeida de Azevedo. Seu pai advinha de uma família abastada do estado do Rio de Janeiro, ligada à atividade industrial e proprietária de terras, nas palavras do próprio Fernando de Azevedo, de uma Quinta, vizinha da Quinta da Boa Vista, onde morava o Imperador Dom Pedro II. Em contrapartida, sua mãe veio de uma família de comerciantes de Minas Gerais e possuía uma condição socioeconômica modesta.

Azevedo cursou o ginásio no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo. Durante cinco anos frequentou cursos especiais de letras clássicas, língua e literatura grega e latina, de poética e retórica. Em seguida, estudou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo. Recebeu uma formação jesuítica sólida, estudou grego, latim, eloquência e poética. Apesar de ingressar na Companhia de Jesus, após três anos de recolhimento no colégio São Luís, no município de Itu, em São Paulo, mesmo sendo um homem religioso, percebeu que não teria vocação para a vida clerical. Foi um intelectual de ação, tendo exercido vários cargos administrativos, a maioria na área educacional, entre os quais podem ser destacados:

[...] Diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-30); Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933); Participou da Comissão organizadora da Universidade de São Paulo (1934); Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo (1941-42); Membro do Conselho Universitário por mais de doze anos, desde a fundação da Universidade de São Paulo; Secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947); Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, que ele instalou e organizou (1956-61); Secretário de Educação e Cultura no governo do prefeito Prestes Maia (1961); redator e crítico literário de O Estado de São Paulo (1923-26), jornal em que organizou e dirigiu, em 1926, dois inquéritos um sobre a arquitetura colonial, e outro sobre Educação Pública em São Paulo, abordando os problemas fundamentais do ensino de todos os graus e tipos, e iniciando uma campanha por uma nova política de educação e pela criação de universidades no Brasil. No Distrito Federal (1926-30), projetou, defendeu e realizou uma reforma de ensino das mais radicais que se empreenderam no país. Traçou e executou um largo plano de construções escolares, entre as quais as dos edifícios na rua Mariz e Barros, destinados à antiga Escola Normal, hoje Instituto de Educação. Em 1933, quando Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, promoveu reformas, consubstanciadas no Código de Educação (AZEVEDO, 1971, p. 224-226).

Diante do que foi exposto, mostra-se indubitável que Azevedo recebeu uma formação clássica, o que o permitia avaliar bem as questões do seu tempo e os problemas que as sociedades apresentavam, sobretudo, à nação brasileira. Portanto, ele conhecia bem

o antigo, e por essa razão, era um homem “[...] permanentemente atormentado, de espírito inquieto e insatisfeito consigo mesmo e com quase tudo que vê à volta de si, como reconheceu em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1968” (PILETTI, 1994, p. 184).

Dono de uma vasta obra<sup>4</sup>, Fernando de Azevedo viveu nos anos de 1920 e 1930 momentos marcantes de sua carreira, sendo agraciado com os seguintes reconhecimentos: Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras (1944); Cruz de Oficial de Legião de Honra, da França (1947); Prêmio de Educação Visconde de Porto Seguro, conferido pela Fundação Visconde de Porto Seguro, de São Paulo (1964); Prêmio Moinho Santista (1971) em Ciências Sociais (PENNA, 2010).

No início da década de 1920, Fernando de Azevedo traçou novos ideais de educação, período em que Júlio de Mesquita Filho lhe apresentou a obra do sociológico David Émile Durkheim (1858-1917). Como observou Penna (2010), não é casual que, “[...] um dos seus primeiros livros, No tempo de Petrônio, já revela talento e sensibilidade sociológica para analisar uma é possível afirmar que Azevedo compartilhava da ideia do seu mentor intelectual.

Para Durkheim (1999), a sociedade capitalista é uma sociedade moderna, na qual já existia um sistema político agindo tanto nos indivíduos quanto nas suas consciências práticas, das quais, uma interessava a pedagogia, sendo ela, à educação escolar. Tal educação, deveria ensinar o homem a desempenhar seu papel no organismo social. O autor explica que não significa dizer que “[...] seja necessário educar a criança para determinado ofício prematuramente, mas é preciso que ela aprende as tarefas circunscritas e os horizontes definidos” (DURKHEIM, 1999, p.467).

Com efeito, nota-se que Azevedo também compartilhava desse pensamento. O intelectual defendia uma grande organização, não apenas na sociedade, mas também na economia, na religião, no sistema educacional e, ainda, nos conteúdos já codificados por

---

<sup>4</sup> Da educação física, seguido de Antinous Estudo de cultura atlética e a evolução do esporte no Brasil (1920); No tempo de Petrônio (1923); Ensaio: Crítica para o jornal O Estado de S. Paulo (1924-1926); Jardins de Salústio - À margem da vida e dos livros, ensaios (1924); Páginas latinas, ensaios (1927); Máscaras e retratos Estudos críticos e literários sobre escritores e poetas do Brasil (1929); A reconstrução educacional no Brasil (1932); A educação na encruzilhada Problemas e discussões. Inquérito para o Estado de S. Paulo (1926); Novos caminhos e novos fins: A nova política da educação no Brasil (1935); A cultura brasileira, 3 vols. (1943); Canaviais e engenhos na vida política do Brasil Ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar (1948); A educação e seus problemas (1937,1952); As Ciências no Brasil (1956); Princípios de sociologia (1958); Sociologia educacional (1959); Um trem corre para o oeste Estudo sobre a Noroeste do Brasil e seu papel no sistema de viação nacional, 2ª ed. (1958) e outras mais (AZEVEDO, 2010).

nossa cultura. Penna (2010) pondera que, nos ideais do intelectual, seria necessário “[...] que se modifica até mesmo aquela concepção de vida, aquela ideologia, enfim, que não é mera excrescência ou reflexo deformante, mas uma dimensão essencial das condições da existência” (PENNA, 2010, p. 36). Desse modo, a autora afirma que Azevedo buscava mudar a mentalidade do povo, portanto, a mudança deveria ser na medida em que determina a significação das próprias condutas sociais.

Para Azevedo, a educação seria um fator importante, mas não o único, de transformação social, na medida em que qualquer projeto de reconstrução nacional necessitava de uma força de trabalho suficiente, técnicos e universidades em que se desenvolveriam, no campo das diversas ciências, pesquisas teóricas e práticas. Contudo, esse ramo estaria, no Brasil, na estaca zero, tendo em vista que o país estava alicerçado em uma educação elitista e com um percentual exacerbado de analfabetos (AZEVEDO, 1958). Nesse sentido, entendia ser impossível vislumbrar uma reforma que visasse o fortalecimento da unidade nacional, se o Estado não assumisse a função de zelar por todo o processo educativo – desde a educação infantil até a universidade (AZEVEDO, 1958).

Segundo Vidal (2013), o Brasil foi o único país do mundo ocidental em que a Escola Nova “[...] tornou-se um investimento de Estado. Em todas as demais nações, os princípios da Escola Nova eram abraçados por grupos de educadores que criaram instituições específicas” (VIDAL, 2013, p. 583).

Essa era uma questão polêmica, pois os pioneiros criticavam que posteriormente aos 43 anos de regime republicano, a realidade da educação pública continuava submetida à mesma política educativa do Império. Para eles, as reformas educacionais dissociadas das reformas econômicas, eram responsáveis pelo alto número de analfabetos na sociedade brasileira (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 2006).

No que diz a respeito à organização do trabalho didático, como forma de materializar a nova educação para a sociedade em transformação, Brito *et al.* (2017) esclareceram que Azevedo estabeleceu três os princípios básicos para a reforma na educação: primeiramente, a extensão da escola a todas as crianças em fase escolar, a proposta da escola única; na sequência, “[...] a articulação entre os vários níveis de ensino e, por último, a adaptação ao meio, ou seja, a escola urbana dando mais atenção ao processo de industrialização e a escola rural voltada para as atividades agrícolas” (BRITO *et al.*, 2017, p. 99).

## **O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA DE 1932: DESAFIOS FRENTE A RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA**

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi elaborado e publicado em 1932, pela Companhia Editora Nacional, sob o título “A Reconstrução Educacional no Brasil – Ao Povo e ao Governo”. Conforme já apresentado anteriormente, contou com a participação de 26 intelectuais, dentre eles, Fernando de Azevedo, o qual assumiu a autoria do documento. Exemplo marcante nesse processo foi a presença feminina, que totalizava três mulheres, como a poetisa Cecília Meireles, responsável pela coluna Página de Educação, do Diário de Notícias do Rio de Janeiro; Armanda Álvaro Alberto, proprietária da Escola Regional de Meriti, concebida como uma das principais iniciativas particulares no âmbito da Escola Nova no Brasil; e Noemy Silveira, diretora do Serviço de Psicologia Aplicada do Departamento de Educação do Estado de São Paulo.

Para Gomes (2016), esse documento não foi produto de uma construção coletiva, mas, sim, uma síntese eclética dos pensamentos educacionais desses intelectuais. Mas, ao fazer uso do termo pioneiros no subtítulo, explicou, Vidal (2013), que a publicação do documento

[...] criava um personagem coletivo: os pioneiros da educação nova. A partir desse momento, a literatura sobre educação no Brasil voltaria com frequência a esse personagem coletivo e aos princípios enunciados nesta carta-monumento embora com diferentes posições ideológicas (VIDAL, 2013, p. 579).

As reflexões de Vidal (2013) permitem identificar que essa nova proposta seria baseada em análises das quais os pioneiros pretendiam conferir uma interpretação concreta sobre a realidade da educação brasileira, bem como, a intenção de interferir na organização da sociedade brasileira via a Educação Nova.

O Manifesto “[...] pode ser considerado como um elemento político do debate educacional, revelando as disputas políticas em torno de uma área considerada estratégica para muitos” (GOMES, 2016, p. 113). Neste seguimento, entende-se que os intelectuais se apropriaram do ideário da Escola Nova a partir do aparelho do Estado.

Embora, a princípio, sem diretrizes definidas, esse movimento francamente renovador inaugurou uma série fecunda de combates de ideias, nas perspectivas capitalistas. Conforme observado por Vidal (2013), os pioneiros emergiram “[...] como um grupo cuja coesão não era fruto da identidade de posições ideológicas, mas estratégia

política de luta, conduzida no calor das batalhas pelo controle do aparelho educacional” (VIDAL, 2013, p. 581-582).

Lemme (2005) explica que, nesse cenário, católicos e pioneiros deram início a grandes disputas. Para os católicos, tais mudanças feriam os princípios da solidariedade cristã, e discordavam “[...] das primeiras redações, tais como prioridade outorgada ao Estado para a manutenção do ensino, ensino leigo, escola única, coeducação dos sexos, etc.” (LEMME, 2005, p. 171). A seu ver, os católicos não desejavam que tal inovação subvertesse o conjunto de valores e princípios que consideravam importantes.

Para os liberais, como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Hermes Lima, Roquette Pinto, Cecília Meireles, entre outros signatários da Escola Nova, a educação tinha de ser desvinculada da Igreja, possuir caráter obrigatório, ser um dever do Estado e um direito do cidadão. Contudo, o cerne da disputa entre os dois grupos não era os princípios pedagógicos, mas os embates das frentes políticas, bem como os valores de poder envolvidos nesse processo (LEMME, 2005).

Na ótica de Azevedo (1958), a educação passada deveria, de fato, ser superada, visto que era vazia de ações e, portanto, não contemplava as aspirações das sociedades modernas, da escola do século XX. Mas, a Educação Nova era,

[...] de fato, e deve ser uma iniciação na vida econômica e social, e, pelo trabalho educativo, uma iniciação no trabalho profissional e nas atividades produtoras; ela tem, e deve despertar e desenvolver o sentido da vida econômica, o culto do trabalho, da máquina, e da ciência; mas a economia, a ciência e a máquina só adquirem sentido humano porque nos proporcionam os meios indispensáveis à criação e ao gozo de ideais e de valores da cultura (AZEVEDO, 1958. p. 20).

As reflexões postas pelo autor discutem os problemas educacionais de um Brasil que começava a pensar a escola única, observando as vantagens das ciências, a importância das tecnologias e os benefícios que ambas poderiam trazer à educação e ao Brasil.

Para Oliveira (2010), existia uma preocupação evidente com a problemática educacional. Um dos pontos a se considerar era a modernização das relações sociais “[...] como o maior instrumento de difusão de uma consciência científica da sociedade e um importante instrumento de mudança social, que tem como base a relação entre educadores e educandos” (OLIVEIRA, 2010, p. 34). Sob esse aspecto, é significativa a postura do autor em relação ao processo de modernização do país, visto que a educação se constituía como a única via possível.

Dessa forma, a autora conclui que professores e alunos deveriam colaborar com esse processo, pois isso impulsionava o conhecimento científico e, conseqüentemente, a elevação do nível de consciência das pessoas que integravam a camada social menos elevada (OLIVEIRA, 2010).

Teixeira (1999) corrobora com essa ideia ao afirmar que a escola brasileira poderia ser comparada a “[...] escola antiga que formava os escolásticos e os oficiais, mantendo a tradição grega do dualismo do conhecimento, consubstanciado no racional e no empírico” (TEIXEIRA, 1999, p. 25). A seu ver, a escola pública brasileira tinha as mesmas características educacionais do período medieval, isto é, era aristocrática e servia somente aos interesses das elites.

Nas palavras de Saviani (2004), a intenção dos pioneiros da Educação Nova era realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional:

[...] partindo do pressuposto de que a educação é uma função essencialmente pública, e baseado nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação e unicidade da escola, o manifesto esboça as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade (SAVIANI, 2004, p. 33).

Com essa exposição, observa-se a necessidade de uma ação forte do Estado para a reconstrução educacional e social do Brasil, com vistas à sua modernização. Conforme esclarece o documento, a nova doutrina seria uma função complexa de ação e reação em que:

[...] o espírito cresce de “dentro para fora”, substitui o mecanismo pela vida (atividade funcional) e transfere para a criança e para o respeito de sua personalidade o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação” (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 2006, p. 195).

O exposto faz menção à dimensão pedagógica, portanto, é a compreensão de uma recusa dos conceitos da Escola Tradicional, ou seja, uma recusa ao ensino verbalista, centrado no professor. Na Escola Nova, o aluno passaria a ser o centro das atenções e a produzir seu próprio saber a partir de suas experiências, enquanto o professor passaria a ser mediador do aprendiz. Dessa maneira, passou-se da escola do ouvir para a escola do experimento e do fazer.

## CONCLUSÃO

Revisitar as décadas de 1920 e 1930 permite perceber que o projeto destinado a organizar a educação e a sociedade não foi pensado naquele momento. A escola que herdamos das revoluções burguesas possuía três características basicamente negativas, em que uma delas consistia em, embora a população reclamasse o seu direito à educação, o ensino se restringia às elites. O segundo aspecto negativo diz respeito ao ensino verbalista e ofertado em latim, privilegiando mais as palavras que as experiências e ideias dos alunos. O último ponto a considerar era a forma autoritária de tratar o público escolar, visto que a estrutura da escola era conservadora e centrada na autoridade do professor. Sendo assim, o professor era o protagonista do processo educacional, em um cenário no qual os alunos permaneciam sentados um atrás do outro em sala de aula, meramente realizando cópias não tinham significado ou efetividade pedagógica.

É evidente que esse foi um período de grandes reformas, tanto em âmbito federal quanto estadual, cujo protagonista foi o estado de São Paulo. Tais reformas derivam da vertente da Escola Nova, construídas por diversos teóricos. Essas reformas se mostraram necessárias, porque intencionavam educar o indivíduo para a vida em sociedade.

Nesse cenário, a educação brasileira vivia em torno de esperanças e expectativas em decorrência das mudanças que se operavam nas esferas política, cultural, social e econômica na sociedade. A divulgação do Manifesto de 1932 anunciava tempos modernos. Assim, entende-se que o documento, significou um avanço importante na defesa da escola pública para todos. A educação foi pensada e desenhada para ser democrática, visando a necessidade do aprendiz, bem como do progresso do país.

Conclui-se que, ao analisar as lutas travadas por seus signatários, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, ainda continua inspirando os pesquisadores e os profissionais do campo educacional a encontrar insumos para combaterem um “universo mental” que hoje parece estar satisfeito com os limites de uma cidadania e de uma democracia restritas; padrão cultural que, caso permaneça hegemônico, perpetuará as desigualdades sociais, as condições indignas de vida e a ignorância pública – efeitos diretos da falta da escola pública de boa qualidade idealizada por esses educadores, que ainda continua a desafiar o Brasil.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. de. **A Educação e seus Problemas**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1948. Tomo 1. (Obras Completas de Fernando de Azevedo, v. 8).

AZEVEDO, F. de. **Novos Caminhos e Novos Fins**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958. (Obras Completas de Fernando de Azevedo, v. 7).

AZEVEDO, F. de. *et al.* **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

AZEVEDO, F. de. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932): a reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1044145/mod\\_resource/content/1/3.Manifesto %20dos%20Pioneiros%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1044145/mod_resource/content/1/3.Manifesto%20dos%20Pioneiros%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 12 jun. 2022.

AZEVEDO, F. de. **História da Minha Vida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

BRITO, S. H. A. de; CARDOSO, M. A.; OLIVEIRA, R. G. de. Fernando de Azevedo: uma nova organização do trabalho didático para uma escola renovada (1927-1931). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 17, p. 93-116, 2017.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

IGNÁCIO, P. C. S. Do modelo agrário-exportador ao capitalismo urbano-industrial: as políticas de formação da força de trabalho no âmbito da educação escolar no Brasil entre 1930 e 1945. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 38e, p. 131–153, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639755>. Acesso em: 12 jun. 2022.

HOBSBAWM, E. J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, M. A. O. O. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a Defesa da Ordem: o Embate entre Liberais e Católicos no Campo da Educação. **Revista HISTEDBR On-line**, v.16, p.109-124, 2016.

LIMA, V. L. S. OS MANIFESTOS DE 1932 E 1959 E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. **Communitas: Revista de Educação, Letras e Linguística**, v. 1, p. 247-267, 2017.

LEMME, P. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005.

MACHADO, M. C. G. **Rui Barbosa: pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional**. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

OLIVEIRA, M. M. de. **Florestan Fernandes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010

PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

PILETTI, N. Fernando de Azevedo. **Estudos Avançados [online]**. v. 8, n. 22, 1994.

SAVIANI, D. O legado educacional do “Longo século XX” Brasileiro. *In*: SAVIANI, D. *et al.* (org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 9-58.

SAVIANI, D. **A História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SANDER, B. **Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **A educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

VERÍSSIMO, J. A. **Educação nacional**. 3. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

*Recebido em: 03/07/2022*

*Aprovado em: 05/08/2022*

*Publicado em: 10/08/2022*